

Governo de SP desapropria áreas para obras do Trem Intercidades

Medida libera áreas entre Jundiaí e Campinas para obras ferroviárias

Por Moara Semeghini

O governo de São Paulo autorizou a desapropriação de 31 áreas entre Jundiaí e Campinas para viabilizar obras do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte e do Trem Intermetropolitano (TIM). A medida representa mais um passo para a adaptação do atual corredor ferroviário, que será compartilhado pelos novos serviços de passageiros e pelos trens de carga.

A autorização consta na resolução SPI nº 048, publicada em 17 de abril no Diário Oficial do Estado. O documento declara de utilidade pública terrenos que somam 37.338,29 metros quadrados, distribuídos também nos municípios de Vinhedo e Valinhos.

As áreas serão desapropriadas pela concessionária responsável pelo projeto, a TIC Trens. Segundo o governo estadual, as intervenções fazem parte da es-

trutura necessária para a implantação e operação dos novos serviços ferroviários.

Embora a resolução não detalhe endereços específicos, indicando apenas coordenadas geográficas e referências por quilometragem da ferrovia, a distribuição dos lotes permite identificar os principais pontos de intervenção ao longo do traçado.

Avanço inicial

As obras do Trem Intercidades já foram iniciadas e completaram a primeira semana com avanço ainda concentrado nas etapas iniciais. Imagens divulgadas pela concessionária TIC Trens mostram os primeiros movimentos nos canteiros, com registros aéreos feitos por drone.

Neste momento, as frentes de trabalho estão concentradas principalmente na região de Vinhedo, com atividades como instalação de canteiros, preparação do solo, terraplenagem, conten-



Imagem ilustrativa de como será a estação do Trem Intercidades em Campinas

ções e implantação de estruturas de apoio. Também estão previstas intervenções como a construção de passagem inferior para veículos e a remoção de interferências ao longo do traçado.

Apesar do início das obras, os avanços ainda são pouco perceptíveis no terreno, o que é esperado para essa fase inicial. A tendência é que as intervenções ganhem maior visibilidade nos próximos meses, à medida que novas frentes de trabalho forem abertas.

Investimentos

Considerado um dos principais projetos de mobilidade em andamento no estado, o Trem Intercidades é resultado de articulação entre diferentes esferas de governo e inclui financiamento público e privado.

No âmbito federal, o projeto integra o Novo PAC e conta com recursos do BNDES, que já aprovou cerca de R\$ 6,4 bilhões para o empreendimento. Em agenda

recente em Araraquara (SP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do anúncio de novos investimentos, incluindo mais R\$ 3,2 bilhões destinados ao TIC Eixo Norte.

Já no plano estadual, o investimento previsto é de aproximadamente R\$ 9,5 bilhões dentro do modelo de concessão, que inclui a participação da iniciativa privada. A concessão foi vencida por um consórcio que reúne empresas nacionais e estrangeiras, incluindo a chinesa CRRC, responsável pela fabricação dos trens. O Trem Intercidades terá cerca de 101 quilômetros de extensão e deve reduzir o tempo de viagem entre Campinas e São Paulo para pouco mais de uma hora. O sistema contará com serviço expresso e também operações com paradas ao longo do eixo, ampliando a oferta de transporte regional.

A expectativa é de que o projeto beneficie diretamente 11

municípios e atenda centenas de milhares de passageiros por dia, criando uma alternativa ao transporte rodoviário, atualmente marcado por congestionamentos frequentes.

Próximas etapas

Além das obras em andamento, estudos técnicos avaliam a implantação de uma via adicional exclusiva para trens expressos, o que pode aumentar a capacidade do sistema e reduzir interferências com outros serviços ferroviários. Inserido em um plano mais amplo de expansão da malha ferroviária paulista, o Trem Intercidades é apontado pelo governo como uma iniciativa estratégica para retomar o transporte de passageiros sobre trilhos em média velocidade no país. A previsão é que o avanço das obras se torne mais visível nas próximas fases, acompanhando a evolução das intervenções ao longo do trajeto entre o interior e a capital.

Proposta de PL pretende abrir gestão de parques e bosques à participação popular

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Por Moara Semeghini

O vereador Wagner Romão (PT) protocolou um Projeto de Lei Ordinária (PLO) que propõe a criação de conselhos gestores em áreas verdes e unidades de conservação de Campinas, com participação direta da população nas decisões sobre esses espaços. Atualmente, a gestão é concentrada no Poder Executivo.

A proposta prevê que frequentadores e moradores do entorno passem a integrar a administração de parques e bosques, contribuindo com decisões sobre uso, manutenção e preservação. “Queremos que qualquer área verde possa contar com a participação direta da população e integrá-la ao processo de tomada de decisões. Muitas ações que afetam diretamente a vida do usuário não contam com uma escuta

ativa de quem vivencia aquela área específica”, afirma o vereador.

Segundo Romão, a iniciativa busca tornar mais eficiente a gestão dos espaços que compõem o Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação (SAV-UC), que reúne cerca de 70 unidades no município. “Nada melhor do que contar com o olhar de quem utiliza e se beneficia desses espaços. Isso permite agir com mais precisão sobre as necessidades reais de cada área”, diz. Ele também destaca o potencial da cidade para fortalecer políticas de preservação ambiental com maior participação social.

Integram o SAV-UC parques e bosques municipais, parques lineares, áreas de preservação, unidades de conservação, corredores ecológicos e outros espaços públicos de lazer e convivência. O projeto estabe-



MP: acionado para suspender corte de 126 árvores no Bosque

lece que os conselhos gestores terão atribuições relacionadas à realização de atividades, aplicação de recursos e articulação com a comunidade do entorno, sempre com foco na preservação ambiental e na ampliação

da participação social.

A proposta surge em meio a debates recentes sobre o papel dos conselhos na política ambiental de Campinas. O Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema)

chegou a acionar o Ministério Público e recomendar a suspensão do corte de 126 árvores no Bosque dos Jequitibás, alegando falta de transparência e ausência de análise pelo colegiado.

Na ocasião, o conselho afirmou que a legislação municipal prevê sua participação não apenas na aprovação, mas também na formulação e acompanhamento de planos ambientais. Integrantes do Comdema sustentaram que decisões sem essa etapa comprometem a legalidade e a transparência dos processos.

O tema também foi parar na Justiça. O Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu uma norma que obrigava a Prefeitura a consultar o Comdema em intervenções na arborização urbana. O conselho criticou a decisão e afirmou que vai recorrer.